

Calçadas e democracia

O incremento do número de veículos transformou a geografia das cidades, que cresceram de forma acelerada e sem planejamento. Foi dada prioridade ao deslocamento individual, em detrimento do coletivo, impactando negativamente na qualidade da vida urbana. Basta lembrar o quanto os trajetos quotidianos consomem de nossa jornada diária.

Os condutores, individualistas e competitivos, buscam aquilo que a mídia lhes apresenta como “felicidade”: querem chegar mais rápido, de preferência “primeiro”; sentem-se donos do espaço que na verdade é de todos e geram assim um trânsito caótico, nervoso, congestionado, ceifador de vidas e produtor de seqüelados.

Caminhar é a forma mais antiga e básica de transporte humano. É acessível a todos, saudável, ambientalmente correto e gratuito. Todavia, muitas cidades são desprovidas de passeios públicos e áreas de uso planejado para os pedestres. As administrações não lhes dedicam o mesmo empenho demonstrado na ampliação das vias para os veículos, nos estacionamentos ou até na cedência dos espaços de calçadas ao comércio informal.

A valorização das calçadas como lugar próprio para circulação dos pedestres na urbanização é fundamental para resgatar um ambiente de civilidade e respeito aos mais vulneráveis e do cumprimento às normas de trânsito, sendo reflexo de uma convivência democrática. Como referiu certa vez Enrique Peñalós, ex-prefeito que reinventou Bogotá, “Fazemos cidades para carros, carros, carros e carros, não para pessoas. Os carros foram inventados muito recentemente, e o século XX fez um desvio horrível na evolução qualitativa do habitat humano. Construimos, hoje, pensando mais na mobilidade de carros do que na felicidade das crianças. Nos países em desenvolvimento, a maioria das pessoas não tem carros. Então digo: quando você faz uma boa calçada, está construindo democracia. Calçadas são símbolos de igualdade”.

Uma cidade civilizada não é aquela com grandes pistas para os veículos, mas sim a que possui calçadas para o deslocamento das pessoas, ciclovias para os trabalhadores, praças para as crianças brincarem e os idosos descansarem. Ela deve refletir o modo como queremos viver.

A paz no trânsito requer uma política de mobilidade que não privilegie o veículo, mas sim reorganize o espaço público de forma sustentável, favorecendo meios de transporte coletivo de qualidade e vias que oportunizem o menor consumo de recursos naturais com menor impacto ambiental, voltada ao deslocamento a pé e de bicicleta. O poder público tem suas responsabilidades, assim como a sociedade e o usuário das vias, seja ele pedestre, ciclista ou condutor de veículo. Este deve adotar atitudes responsáveis e cidadãs, gerando uma nova cultura que reduzirá os índices de acidentalidade. Ninguém faz nada sozinho, e a vida deve estar sempre em primeiro lugar. Uma vida que resgate valores como solidariedade e respeito ao outro e ao espaço público - começando por calçadas amplas, limpas, inclusivas.

Ildo Mário Szinvelski

Diretor Técnico do Detran/RS